

MENSAGEM DE LEI Nº 18 /2023 PROJETO DE LEI Nº 081 /2023 RECEBI DIA 19 106 113 HORA 13.58 MODINA

## Nobres vereadores

A conservação e uso sustentável dos recursos naturais, bem como o tratamento e disposição adequada dos resíduos e substâncias poluentes gerados pelas atividades econômicas são fundamentais para a manutenção das condições necessárias para a vida no planeta, bem como a existência e a qualidade de vida humana.

Para assegurarmos a necessária proteção ao meio ambiente é fundamental o engajamento ativo de empresas e da comunidade. As empresas dispõem de conhecimento e recursos fundamentais para a gestão e manejo dos recursos naturais utilizados nas atividades produtivas, o uso racional e eficiente desses recursos, e o tratamento e disposição adequadas dos resíduos e poluentes gerados na produção.

Uma forma eficiente do poder público estimular a participação empresarial e dos cidadãos no esforço coletivo de proteção ambiental, além das medidas regulatórias e dos incentivos fiscais, é aumentando a visibilidade das empresas e de cidadãos que desenvolvem ou participam de ações e iniciativas em favor do meio ambiente. Uma das formas de dar maior visibilidade a esse esforço é concedendo a esses empreendedores um selo oficial que ateste o seu compromisso com a causa ambiental.

Com esse objetivo, contamos com o apoio de vossas excelências na aprovação do presente Projeto de Lei, considerando a relevância do mesmo.

Gabinete do Vereador MARCELO FERREIRA BARROS, aos dezenove dias do mês de Junho de dois mil e vinte e três.



## PROJETO DE LEI Nº 081/2023

"Dispõe sobre a criação dos Selos 'Empresa Amiga do Meio Ambiente' e 'Cidadão Amigo do Meio Ambiente' e dá outras providências"

## Lei:

- Art. 1º Ficam criados os Selos "Empresa Amiga do Meio Ambiente" e "Cidadão Amigo do Meio Ambiente", destinados ao reconhecimento público de pessoas jurídicas e físicas que desenvolvam ou participem de iniciativas e ações que contribuam para a gestão ambiental, proteção e defesa do meio ambiente no município de Buritis.
- Art. 2º Para efeito do reconhecimento público de que trata o artigo anterior, consideram-se como ações, a criação e execução de projetos ou a prestação de serviços que se enquadrem em uma ou mais categorias abaixo discriminadas:
- riação e manutenção de áreas protegidas;
- II recuperação de áreas degradadas;
- III conservação da flora e da fauna;
- IV uso racional de recursos hídricos, aplicação de programas de redução de consumo de água e reutilização;
- V reutilização, reciclagem, tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos:
- VI aplicação de programas de eficiência energética e o uso de energias renováveis:
- VII promoção de campanhas de educação ambiental;
- VIII plantio de árvores em praças, ruas, avenidas e demais espaços públicos;
- IX promoção da limpeza e manutenção de áreas públicas;
- X redução da emissão de poluentes atmosféricos;
- XI apoio e parceria em projetos ambientais com o Poder Público.







- **Art. 3º** São obrigações e requisitos mínimos para a pessoa jurídica pleitear e fazer jus ao selo "Empresa Amiga do Meio Ambiente":
- a) cumprir a legislação ambiental federal, estadual e municipal;
- b) não estar causando ou ter causado nenhum dano ao ecossistema ou ter praticado crime ambiental nos últimos 05 anos;
- c) estar estabelecida no município de Buritis.

Parágrafo Único. Para efeito da comprovação contida no caput do presente artigo, a pessoa jurídica deverá apresentar certidão negativa de débitos de auto de infração ambiental, comprovante de inscrição e situação cadastral e demais documentos pertinentes, a serem definidos em regulamento próprio.

- **Art. 4º** São obrigações e requisitos mínimos para a pessoa física pleitear e fazer jus ao selo "Cidadão Amigo do Meio Ambiente":
- a) não estar causando ou ter causado nenhum dano ao ecossistema ou ter praticado crime ambiental nos últimos 05 anos;
- b) residir no município de Buritis.

Parágrafo Único. Para efeito da comprovação contida no caput do presente artigo, a pessoa física deverá apresentar comprovante de residência, atestado de antecedentes criminais e demais documentos pertinentes, a serem definidos em regulamento próprio.

- **Art. 5º** Entende-se como crime ambiental todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais, ordenamento urbano e o patrimônio cultural, conforme preceitua a Lei Federal nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998.
- **Art. 6º** A inobservância posterior, de qualquer um dos dispositivos descritos nos artigos 3º e 4º da presente Lei, implicará na imediata cassação da utilização dos selos "Empresa Amiga do Meio Ambiente" e "Cidadão Amigo do Meio Ambiente".







Art. 7º A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) é o órgão competente responsável por avaliar os empreendimentos e conceder os selos "Empresa Amiga do Meio Ambiente" e "Cidadão Amigo do Meio Ambiente", por solicitação da pessoa jurídica ou física interessada, nos termos dos artigos 2º e 3º e 4º da presente Lei, podendo contar com o apoio e auxílio do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA).

Art. 8º Os selos "Empresa Amiga do Meio Ambiente" e "Cidadão Amigo do Meio Ambiente" terão validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovados continuamente, mediante nova avaliação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Art. 9º Os layouts dos selos "Empresa Amiga do Meio Ambiente" e "Cidadão Amigo do Meio Ambiente" serão criados através de concurso a ser organizado pela Prefeitura Buritis, podendo contar com comissão própria que definirá os critérios de avaliação e seleção em meios publicitários como lhe aprouver, na promoção da sua empresa, produtos e serviços, após a emissão do certificado de uso chancelado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, desde que não o desvirtuem, respeitando o manual de identidade visual do mesmo.

Art. 10. Os detentores dos selos "Empresa Amiga do Meio Ambiente" e "Cidadão Amigo do Meio Ambiente" poderão usá-los como lhes aprouver, após a emissão do certificado de uso chancelado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, desde que não o desvirtuem, respeitando o manual de identidade visual do mesmo.

**Art. 11**. O Poder Executivo regulamentará por Decreto, no que couber, a presente Lei.







Art. 12. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Vereador MARCELO FERREIRA BARROS, aos dezenove dias do mês de Junho de dois mil e vinte e três.